

ESTILOS DE OLERICULTURA NA REGIÃO METROPOLITANA DE CURITIBA

<http://dx.doi.org/10.21527/2237-6453.2022.58.11494>

Recebido em: 15/9/2020

Aceito em: 16/11/2021

Emilio Romanini Netto,¹ Ícaro Daniel Petter,² Valdir Frigo Denardin,³
Valter Roberto Schaffrath⁴

RESUMO

O objetivo deste trabalho é identificar e discutir as diferentes práticas de desenvolvimento rural mobilizadas pelos olericultores familiares, a fim de poder construir uma síntese dos possíveis caminhos de desenvolvimento que se expressam por meio desses atores. Para tanto, este trabalho se valerá do conceito estilos de agricultura para analisar as práticas produtivas de olericultores familiares situados na Região Metropolitana de Curitiba (RMC). A pesquisa foi baseada em dados primários, secundários e em referencial bibliográfico sobre o tema. A ferramenta metodológica principal para o trabalho de campo foi a entrevista semiestruturada, organizada por um roteiro. Em síntese, a dependência como perda de controle (e poder) dos agricultores familiares em relação aos atores externos à unidade de produção familiar não significa um processo unidirecional nem linear. As práticas de autonomia encontradas empiricamente sugerem distintas práticas de afastamentos aos valores e normas incrustados no projeto de modernização e mercantilização da agricultura. Assim, as práticas elencadas e discutidas configuram o espaço de manobra, o universo de possibilidades empiricamente constatado, de maneira que é possível, enfim, afirmar a existência de estilos de olericultura. Os estilos de olericultura nos ensinam que os caminhos do desenvolvimento da olericultura na RMC perpassam pela compreensão das distintas práticas que as famílias constroem, a partir de suas lógicas familiares, das relações com mercados e outros atores e em sua relação com a natureza.

Palavras-chave: Agricultura familiar; desenvolvimento rural; sociologia do desenvolvimento; mercados; relação sociedade-natureza.

HORTICULTURE STYLES IN METROPOLITAN REGION OF CURITIBA

ABSTRACT

The objective of this work is to identify and discuss the different rural development practices applied by family farmers, in order to be able to build a synthesis of the possible development paths expressed through these actors. For this, will be use the concept of farming styles to analyze the productive practices of family horticulturist located in the Metropolitan Region of Curitiba (RMC). The research was based on primary and secondary data and on a bibliographic reference on the subject. The main methodological tool for the field work was the semi-structured interview, organized by a script. In summary, dependence as a loss of control (and power) by family farmers in relation to actors outside the family production unit does not mean a unidirectional or linear process. The practices of autonomy found empirically suggest different practices of departures from the values and norms embedded in the modernization and commoditization of agriculture project. Thus, the practices listed and discussed configure the room of maneuver, the universe of possibilities empirically verified, so that it is possible, finally, to affirm the existence of horticulture styles. The horticulture styles teach us that the paths of development of horticulture in RMC involves understanding the different practices that family builds based on their family logic, relationships with markets and other actors and in their relationship with nature.

Keywords: Family farming; rural development; sociology of development; markets; society-nature relationship.

¹ Autor correspondente: Doutorando em Meio Ambiente e Desenvolvimento – Universidade Federal do Paraná (UFPR). Setor de Ciências Agrárias. Rua dos Funcionários, 1540 – Juvevê. Curitiba/PR, Brasil, CEP 80035-050. Bolsista da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), Brasil. <http://lattes.cnpq.br/2344335878987937>. <http://orcid.org/0000-0003-4525-2095>. emilioromanini@hotmail.com

² Instituto de Desenvolvimento Rural do Paraná (IDR-Paraná). Curitiba/PR. Brasil. <http://lattes.cnpq.br/9093114018240600>. <https://orcid.org/0000-0002-1312-450X>.

³ Universidade Federal do Paraná (UFPR). Curitiba/PR. Brasil. <http://lattes.cnpq.br/0290714285197089>. <https://orcid.org/0000-0002-8074-6544>.

⁴ Instituto Federal do Paraná (IFPR). Curitiba/PR. Brasil. <http://lattes.cnpq.br/3070393427402084>. <https://orcid.org/0000-0001-9868-2916>.

INTRODUÇÃO

O fenômeno concreto da persistência das formas familiares de produção agropecuária e seu reflexo nos âmbitos social, político, econômico e ecológico provocaram uma revitalização analítica de abordagens como a questão agrária clássica, quando o debate esteve centrado na diferenciação social do campesinato, e se aproxima da discussão sobre os processos de mercantilização da agricultura familiar e as estratégias de enfrentamento aos contextos da modernização da agricultura (SCHNEIDER; NIERDELE, 2010; PLOEG, 2008, 1993).

A agricultura familiar como categoria social consolidada, detentora de políticas públicas específicas, torna-se um “nicho de mercado” aos conglomerados multinacionais e os complexos agroindustriais,⁵ produzindo uma nova subcategorização comumente utilizada entre os círculos sociais da produção agropecuária, mas também academicamente, o “agronegocinho” (CAZELLA *et al*, 2016; PICOLOTTO, 2014). Simultaneamente, a agricultura familiar também vem sendo protagonista no movimento ecológico, assim como da revalorização de características territoriais e artesanais, como produtos coloniais, de indicação geográfica ou denominação de origem (BRANDENBURG, 2011; SABOURIN, 2009; DAROLT, 2004).

Estes fatores suscitam o questionamento da polarização entre agronegócio e agricultura familiar. Ainda que apresentem importância política, será argumentado neste trabalho sua insuficiência analítica em captar a heterogeneidade da agricultura familiar, e, portanto, os limites em apresentar caminhos para outros desenvolvimentos rurais. Para tanto este trabalho se valerá do conceito de *estilos de agricultura*.

O conceito estilos de agricultura permite analisar as estratégias produtivas de olericultores familiares situados na Região Metropolitana de Curitiba (RMC). A RMC é um importante “cinturão verde” na produção de olerícolas para a metrópole, realizada majoritariamente por agricultores familiares, mas que vivem uma forte pressão para se adaptar às dinâmicas socioeconômicas da atualidade, assim como para garantir a sustentabilidade da produção diante das novas demandas sociais, como a proteção dos recursos naturais e da produção de alimentos de qualidade.

Dessa forma, o objetivo deste trabalho é identificar e discutir as diferentes práticas de desenvolvimento rural mobilizadas pelos olericultores familiares, isto é, a construção do espaço de manobra empiricamente encontrado, a fim de poder elaborar uma síntese dos possíveis caminhos de desenvolvimento que se expressam por meio dos estilos de olericultura.

Esta pesquisa se materializa mediante uma parceria entre o Programa de Pós-Graduação em Meio Ambiente e Desenvolvimento (PPGMade) e o Instituto de Desenvolvimento Rural do Paraná (IDR). A ferramenta metodológica principal para o trabalho de campo foi a entrevista semiestruturada, organizada por um roteiro. Ademais, são utilizados neste trabalho a pesquisa bibliográfica e documental, assim como fontes secundárias, sobretudo estatísticas.

Para além desta Introdução, este trabalho é composto por mais cinco partes. A seguir, será contextualizado o espaço rural da Região Metropolitana de Curitiba, seguido pela apresentação do conceito de estilos de agricultura. Posteriormente elenca-se as ferramentas metodo-

⁵ Poucos exemplos podem ser tão ilustrativos quanto os sistemas integrados de produção de frango, porco e fumo, especialmente na Região Sul, e o sistema integrado de produção de dendê, na Região Norte, todavia não são os únicos.

lógicas utilizadas por este trabalho e um detalhamento sobre o trabalho de campo. Em seguida identifica-se e discute-se as práticas levantadas pelo trabalho de campo. Ao fim são realizadas as considerações finais.

O ESPAÇO RURAL DA REGIÃO METROPOLITANA DE CURITIBA

O signo que melhor pode apreender o espaço rural da Região Metropolitana de Curitiba é o da heterogeneidade (BRANDENBURG, 2010; BRANDENBURG; FERREIRA; SANTOS, 2004). Esta heterogeneidade é produto de suas relações com a metrópole, dos processos de urbanização, mas também é incorporada pelos processos migratórios e de ocupação do território em suas diferentes épocas, recriando distintos ecossistemas por diferentes culturas (DIAS; SANTOS, 2004), conformando um *rural metropolitano*, palco de diversas ruralidades (SOUZA; BRANDENBURG, 2010). A ressignificação do espaço rural da RMC composto por uma complexa rede de atores, implica questionar: “Como a agricultura familiar, em toda sua diversidade, se transforma e se reproduz no contexto da heterogeneidade socioambiental na RMC? ” (FERREIRA, 2012, p. 17).

Segundo o Censo Agropecuário de 2017 (IBGE, 2018), dos 23.885 estabelecimentos agropecuários encontrados nos municípios da RMC, 18.208 (76%) são caracterizados como de agricultura familiar. A modernização da agricultura, como um projeto de *intervenção planejada* (LONG, 2001; PETERSEN, 2013), operado pelo Estado brasileiro por meio de políticas públicas, aplicadas por instituições de assistência técnica, extensão e crédito rural, aliados às empresas de fornecedoras de tecnologia agrícola, difundidas desde os anos 60, foi diferencialmente adotado pelas distintas explorações familiares distribuídas pelo espaço rural da RMC (QUEIROGA, 2012). Nesse sentido, é preciso pontuar que a persistência e permanência destas comunidades e famílias no espaço rural, a diversificação da produção e a modernização das técnicas e ferramentas agrícolas compõem um rol de estratégias à parte das políticas de modernização convencionais direcionadas à produção de *commodities* (SOUZA, 2012).

Se em determinadas regiões a modernização deu-se pela proximidade do mercado consumidor de Curitiba, a criação da Centrais de Abastecimento do Paraná S. A. (Ceasa) e a atuação da antiga Associação de Crédito e Assistência Rural do Paraná (Acarpa) ainda nos anos 1970, em outras regiões a modernização foi facilitada pela disseminação e acesso às políticas públicas voltadas à agricultura familiar posteriores aos anos 90, e em outras regiões a modernização ocorreu de forma incipiente, ainda predominando os sistemas sociotécnicos tradicionais (FERREIRA, 2012; CIDADE JUNIOR, 2008).

Em seu estudo sobre a evolução dos sistemas agrários na RMC, Queiroga (2012) ressalta que a mudança mais clara no perfil da produção agrícola na RMC está relacionada à produção de olerícolas e frutíferas. O autor destaca esse fato se dá em razão da olericultura se viabilizar em pequenas propriedades, a proximidade de Curitiba e um alto valor de mercado. A fruticultura também vem ganhando espaço, principalmente no Vale do Ribeira.

As oportunidades para produção de olerícolas foram incrementadas a partir do estabelecimento dos mercados institucionais, criados por políticas públicas como o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), os quais possuem cotas específicas para compras de produtos da agricultura familiar.

Na safra 2017/2018 os municípios da RMC produziram 40% das principais culturas olerícolas do Estado do Paraná, circulando uma receita de aproximadamente R\$ 1,4 bilhões, produzindo 30% de toda batata e 58% de toda cebola colhidas no Estado (SEAB/DERAL, 2018). De acordo com o Censo Agropecuário de 2017, a agricultura familiar soma 86% dos estabelecimentos agrícolas produtores de olerícolas da RMC (IBGE, 2018), sendo possível evidenciar seu protagonismo na cadeia produtiva de olerícolas.

Queiroga (2012), entretanto, salienta a existência de riscos reais e potenciais para a contaminação dos recursos naturais, em especial pelo fato de os municípios com maior adoção tecnológica, principalmente o manejo convencional de solos, adubos químicos e agrotóxicos, coincidirem com as áreas de mananciais do Alto Iguaçu e o Aquífero Karst, áreas fundamentais para o abastecimento de água de toda RMC, representando um grande risco socioambiental para região.

Desta forma, emerge na RMC a noção de um rural socioambiental (BRANDENBURG, 2010). A preocupação com o crescimento demográfico da metrópole contribuiu para um olhar ambiental, sobretudo pelas esferas públicas, para os recursos naturais dos municípios da RMC e conseqüentemente uma visão crítica às práticas agrícolas modernas e intensivas. As políticas de proteção ambiental incidiram diretamente sobre os agricultores familiares, os quais a perceberam muito mais como um choque normativo e ainda, contribuíram para “descartar ou desqualificar as práticas socioprodutivas desenvolvidas pelos agricultores e que foram responsáveis, ao longo desses anos, tanto pela manutenção dos recursos naturais quanto de formas de sociabilidade que animavam a vida social” (ROZENDO, 2012, p. 359).

Por outro lado, o rural socioambiental da RMC também se expressa por um crescente movimento em direção à ecologização dos sistemas produtivos agrícolas, em especial a disseminação da agricultura orgânica e a certificação da produção agrícola (CIDADE JÚNIOR, 2008; DAROLT, 2004), mediante apoio de diversos atores como a Rede Ecovida e o IDR (SILVA *et al.*, 2018). O crescimento da produção orgânica também é reflexo dos canais de comercialização, em especial a expansão de espaços como feiras livres exclusivamente de produtos orgânicos espalhadas na cidade de Curitiba (GRIMM; SAMPAIO; PROCOPICK, 2018), supermercados, entre outros.

Com isto deseja-se evidenciar que os agricultores familiares, como atores do desenvolvimento rural da RMC, são capazes e têm conhecimento para reelaborar, de acordo com suas lógicas e estratégias de produção, seus próprios projetos de desenvolvimento materializados em suas práticas produtivas. Estes projetos são influenciados pelo repertório cultural acumulado em sua experiência de vida ao longo das redes sociotécnicas das quais participam, pelas lógicas familiares de produção e reprodução, assim como pela relação agricultor-natureza. Nesse sentido, os diferentes projetos de desenvolvimento rural praticados pelos agricultores oportunizam a operacionalização analítica do conceito de *estilos de agricultura*, assunto que será tratado a seguir.

ESTILOS DE AGRICULTURA

A persistência das formas de exploração familiares na agricultura suscitou uma guinada no campo dos estudos rurais. Se antes o foco centrava-se nos processos de diferenciação social do campesinato, êxodo rural, a formação dos complexos agroindustriais (GRAZIANO SILVA, 1981; GOODMAN; SORJ; WILKINSON, 1985), o ressurgimento dos textos de A. Chayanov possi-

bilitou novas interpretações em relação às particularidades inerentes às formas de exploração familiares e forneceu novas chaves explicativas para persistência desses atores nas sociedades capitalistas avançadas (ABRAMOVAY, 1992; WANDERLEY, 1998; PLOEG, 2016).

Um importante caminho foi o resgate da noção marxista “produção simples de mercadoria” ou “pequena produção mercantil”. Esta abordagem realiza uma crítica à teoria da reprodução em Marx, para quem a produção simples de mercadoria seria um modo de produção pré-capitalista, o qual se extingiria com o desenvolvimento das forças produtivas. De maneira contrária, Friedmann (1978) analisa que os empreendimentos familiares agrícolas possuem características específicas que possibilitam um enfrentamento bem-sucedido ao processo de mercantilização, especialmente em razão do trabalho familiar. Assim os agricultores familiares, como produtores simples de mercadorias, são proprietários dos meios de produção e participam do mercado como vendedores dos produtos do seu trabalho, mas também são trabalhadores, trabalham para viver com os meios de produção dos quais são proprietários, sem vender sua força de trabalho no mercado, diferentemente do proletariado (FRIEDMANN, 1978).

A abordagem da “produção simples de mercadoria” ou “pequena produção mercantil” foi muito influente nos anos 80, e apesar dos reconhecidos avanços analíticos, passa a receber críticas, em razão de sua aplicação unilinear e excessivamente estrutural, perdendo capacidade de captar a heterogeneidade das formas familiares de produção agrícola contemporâneas. Em outras palavras, a passagem do modo de produção doméstico (típico de um campesinato pré-capitalista) para a produção simples de mercadoria, foi interpretada como um caminho “sem volta” de mercantilização da exploração familiar, resultado da força coercitiva do mercado e do Estado (PLOEG, 1993; LONG, 2001).

Em contraposição, há uma importante revitalização da análise do processo de mercantilização. Segundo Schneider (2016), o artigo de Ploeg (1993) foi pioneiro ao analisar o processo diferencial de mercantilização da agricultura familiar. A intuição de Ploeg (1993) foi que haveria um tratamento inadequado de como se dá o trabalho familiar agrícola na literatura sobre a mercantilização, ignorando a complexidade que envolve as relações de produção com as estratégias de reprodução social da família. Em primeiro lugar menciona a existência de uma unidade entre a produção e a reprodução na exploração familiar. Isto implica sublinhar os momentos em que a força de trabalho (familiar) e os instrumentos de trabalho são colocados com os fins de reprodução (social, demográfica e ambiental), isto é, fora dos circuitos mercantis. Uma outra característica é a unidade entre trabalho mental (planejamento e gestão) e trabalho manual (execução). Enfim, especialmente por não se tratar de trabalho assalariado, existe o controle da família sobre os processos de trabalho. Estas características se perpetuaram sob distintas articulações em cada unidade de produção familiar ao longo do processo de modernização e mercantilização da agricultura *vis-à-vis* novos mercados, possibilitando assim encontrar empiricamente diferentes intensidades de relações mercantis.

Assim, à medida que a agricultura é compreendida como uma atividade produtiva de valor, e que a lógica familiar possibilita uma dinâmica valorativa, abrem-se duas diferentes possibilidades interpretativas da produção, a produção com valor de uso (alimentos, roupas, objetos de trabalho, adubos, sementes, etc. – circuito de não mercadoria) e a produção com valor de troca (circuito de mercadoria), de tal forma que o equacionamento entre o valor de cada item produzido (para troca ou uso) difere entre cada estratégia familiar. Como resultado desta equação, emerge a noção de que há diferentes *graus de mercantilização* (PLOEG, 1993), que para além

do efeito de mensurar, implica estender a ideia de que há diferentes intensidades de relações mercantis, e, portanto, a inserção mercantil da agricultura familiar poder ser definida como um processo de *mercantilização diferencial* (CONTERATO *et al.*, 2011; NIEDERLE, 2006).

Esse fator resulta em duas consequências importantes. A primeira, de que agricultores familiares podem se inserir ou se afastar de mercados ao longo do tempo e de acordo com suas lógicas e estratégias (LONG; PLOEG, 2011). E a segunda, partindo da noção de que mercados são produtos de construções sociais, pode-se afirmar então que mercados possuem distintas normas e regras de regulação, troca, configuração, etc., a ponto de haver qualitativamente diferentes tipos de mercados com características mais ou menos autônomas, mais ou menos dependentes (ABRAMOVAY, 2004; SCHNEIDER, 2016).

Assim, emerge o conceito *estilos de agricultura* como método promissor para captar a diversidade de lógicas e estratégias de produção e reprodução aplicados pelos agricultores em sua relação com a natureza, com a família e com outros atores das cadeias produtivas. Os agricultores, como atores sociais do desenvolvimento rural, são os centros das decisões e das ações, e a tomada de decisão necessariamente implica o uso implícito ou explícito de meios discursivos para a formulação argumentativa de suas ações estratégicas. Os meios discursivos são o repertório cultural, os conhecimentos consolidados advindos de sua experiência de vida, a partir do grupo social, os quais são acionados durante a tomada de decisão, e por isso, variam de acordo com cada situação social (LONG; PLOEG, 2011). Desta forma

(...) os mercados em si não podem ser compreendidos como fatores de causa que explicam as particularidades da prática agrícola. Ademais, um aumento ou diminuição do grau de mercantilização na unidade agrícola raramente pode ser visto como uma “consequência não intencional”, muito menos como o resultado cego de forças econômicas extremamente intensas. As relações de mercado são, no mínimo, mediadas, se não mesmo ativamente planejadas e construídas, pelos próprios atores. (...). Portanto, a explicação para práticas sociais e estilos de agricultura específicos recai inevitavelmente sobre a análise dessas próprias práticas (LONG; PLOEG, 2011, p. 37).

É a partir das distintas lógicas produzidas nos diferentes espaços sociais e naturais que o ator social delibera suas estratégias de ação. Este é o ponto central da compreensão da agricultura como uma prática social, e mais, de como os diferentes estilos de agricultura podem ser distinguidos. Um recorte da noção de Ploeg é importante aqui:

Cada estilo de agricultura contém um *calculus*: um mais ou menos explícito *framework* de conceitos interconectados com os quais se “lê” a realidade empírica relevante (neste caso a unidade de produção e as relações nas quais está inserida) e ‘traduz’ em novas ações. Um *calculus* é, como foi, a coluna vertebral de uma estratégia particular. Isto é a “gramática” do processo de tomada de decisão (PLOEG, 2003 *apud* NIEDERLE, 2006, p. 43).

A aplicação e operacionalização do conceito de estilos de agricultura em casos brasileiros é discutida por Niederle, Escher e Conterato (2014). De acordo com as três⁶ abordagens teórico-

⁶ Segundo Niederle, Escher e Conterato (2014), o conceito estilos de agricultura também foi aplicado com base na Metodologia Q, voltados à compreensão da subjetividade humana a partir de uma análise qualitativa e quantitativa, onde se realiza a classificação de opiniões por meio de uma análise fatorial. Uma terceira forma de operação do conceito estilos de agricultura é por meio de metodologias quantitativas de análise fatorial e *cluster*. Neste caso, o objetivo é identificar grupos homogêneos por meio de procedimento classificatório a partir de um conjunto de variáveis e características para um determinado caso. Em síntese, ambas as formas de aplicação do conceito procuram produzir tipologias coerentes aos diferentes estilos apreendidos empiricamente.

-metodológicas descrita pelos autores, este trabalho opta pela forma de operacionalização em que associa os estilos de agricultura ao repertório de estratégias acionadas pelos agricultores, com dois efeitos: em primeiro, opta-se por abandonar a construção de tipologias coerentes com os diferentes estilos de agricultura, em detrimento da noção de que as diferentes estratégias revelam a existência de distintos estilos de agricultura, o que leva ao segundo efeito, a saber, a centralidade na construção do *espaço de manobra* refletido pelas distintas práticas (NIEDERLE; ESCHER; CONTERATO, 2014; PLOEG, 1994).

Dessa maneira, tem-se a intenção de abstrair a capacidade de agência dos atores em meio aos contextos envolvidos na agricultura moderna. A este respeito Ploeg dá sentido às fronteiras entre a agência e a estrutura social da qual se refere o conceito de estilos de agricultura:

Os próprios agricultores, como atores sociais, são capazes de definir e influenciar a maneira como relacionam sua atividade agrícola com mercados e tecnologia. Distanciamento e/ou integração a mercados e tecnologia não é, obviamente, uma questão de decisão caprichosa. É objeto de raciocínio estratégico, incorporado na história local, ecologia e relações político-econômicas predominantes. Simultaneamente, é através desse raciocínio estratégico que posições particulares são criadas, que relações sociais específicas de produção são produzidas e reproduzidas e que futuros desenvolvimentos e decisões se condicionam (PLOEG, 1994, p. 9, tradução nossa).

Uma vez explanada a base teórica na qual repousa o conceito de estilos de agricultura, serão detalhados a seguir os procedimentos do trabalho de campo e as ferramentas metodológicas utilizadas.

TRABALHO DE CAMPO E FERRAMENTAS METODOLÓGICAS

Para execução do trabalho de campo desta pesquisa foi realizada uma fase exploratória precedente. A fase exploratória, iniciada em fins de 2018, envolveu a defesa do projeto de pesquisa e a construção da parceria interinstitucional. A partir da fase exploratória foi possível definir os critérios para a realização da pesquisa, a amostra qualitativa, baseada em privilegiar os atores sociais centrais aos problemas de pesquisa que permitam a compreensão de diferenciações internas assim como de semelhanças, sem desprezar informações ímpares e não repetidas (MINAYO, 2006).

Nesse sentido, os critérios utilizados para seleção dos participantes da pesquisa são: serem olericultores familiares; participantes do Projeto Olericultura do IDR e voluntários à pesquisa. A quantidade de unidades de produção familiares participantes seguiu o critério de “saturação”, isto é, a noção de que a incorporação de novos participantes não apresenta novidades em relação aos objetivos de pesquisa (MINAYO, 2006; BAUER; AARTS, 2017).

O instrumento principal de pesquisa utilizado durante o trabalho de campo foi a entrevista semiestruturada guiada por um roteiro. A entrada a campo deu-se a partir de reuniões com os extensionistas das agências municipais do IDR de Almirante Tamandaré, Campo Magro e Itaperuçu, municípios estes pertencentes à RMC. Dessa maneira, a parceria interinstitucional proporcionou o trabalho conjunto entre a pesquisa e a extensão, viabilizando estruturalmente a pesquisa de campo durante os meses de junho a agosto de 2019.

Cada entrevista foi realizada após o agendamento com a família. Foram privilegiados momentos em que os diferentes membros da família estivessem reunidos para tal. Durante as en-

trevistas a acolhida do pesquisador é seguida pela a apresentação dos motivos da pesquisa, a justificativa de sua participação e questionado sobre sua voluntariedade. Em seguida apresenta-se o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), focalizando principalmente na garantia do anonimato e sigilo das informações prestadas. Após o consentimento do participante, dá-se o pedido de consentimento para gravação de áudio da entrevista. A gravação foi feita por meio de um *smartphone*.

Os arquivos de áudio resultantes de cada entrevista foram arquivados e posteriormente transcritos, de forma manual e literal, para arquivos de textos com o auxílio do *software* de edição de texto. Posteriormente, as entrevistas transcritas foram inseridas no *software* de análise de dados qualitativos.

Para além dos instrumentos anteriormente citados, este trabalho se faz valer de fontes secundárias, sobretudo fontes estatísticas e de pesquisa bibliográfica e documental a fim de fundamentar teoricamente as temáticas abordadas. Propõem-se, ao fim, o uso e o confronto das diferentes ferramentas metodológicas visando à verificação e validação da pesquisa.

A partir dos critérios de participação foram entrevistados dezessete (17) unidades de produção familiares, sendo oito (8) unidades de Almirante Tamandaré, quatro (4) de Campo Magro, quatro (4) de Itaperuçu e uma (1) unidade em Campo Largo. A diferença numérica dos participantes em cada município corresponde aos critérios de amostragem qualitativa e saturação, mas também às diferenças empíricas referentes a cada município e à atuação da IDR em cada município (por exemplo, a única unidade entrevistada no município de Campo Largo corresponde à atuação do técnico de Campo Magro naquela específica unidade de produção).

ENTRE AUTONOMIA E DEPENDÊNCIA: ESTILOS DE OLERICULTURA NA REGIÃO METROPOLITANA DE CURITIBA

A revisão sobre estilos de agricultura elaborada ao longo do tópico anterior possibilita argumentar que os empreendimentos agrícolas baseados majoritariamente no trabalho familiar são afetados de modo diferencial pelos processos de modernização e mercantilização da agricultura. Isto porque, como atores sociais, os agricultores familiares mobilizam lógicas e estratégias a partir da sua experiência de vida ao longo das redes sociotécnicas, a partir das lógicas familiares e em sua relação com a natureza, possibilitando-lhes aproximar ou se afastar dos preceitos da modernização e das normatizações e valores dos mercados convencionais (LONG; PLOEG, 2011; PLOEG, 2016, 2009, 1994; NIEDERLE; ESCHER; CONTERATO, 2014).

Dado a heterogeneidade encontrada entre os agricultores pesquisados, foi possível entrevistar olericultores de distintas posições socioeconômicas, convencionais e orgânicos, diversificados e especialistas. Ademais, é importante destacar que as diferentes estratégias (mais dependentes ou mais autônomas) identificadas e discutidas aqui se dão concomitantemente, equacionando uma constelação de possibilidades estratégicas e de ação nos diferentes espaços (sociais e naturais) nos quais se dá a produção agropecuária e a reprodução da família. Embora o objetivo deste trabalho não tenha sido identificar a conjugação de práticas encontradas em *cada* unidade de produção, a configuração do espaço de manobra dos olericultores, isto é, a identificação e discussão das diferentes práticas encontradas empiricamente, emerge como ar-

gumento central, com base em Niederle, Escher e Conterato. (2014), a existência de diferentes estilos de olericultura.

A partir destas noções se iniciará a exposição e discussão dos contextos de dependência abstraídos das estratégias dos olericultores familiares.

Contextos de dependência: mercantilização, especialização e intensificação tecnológicas

A inserção mercantil da agricultura familiar, tanto a montante quanto a jusante do processo produtivo, opera em um alto grau de imperfeições (principalmente no que se refere à transparência nas informações sobre as situações dos mercados, sobre a formação de preços, a influência de oligopólios e complexos agroindustriais, disponibilidade de crédito, entre outros), favorecendo a desvantagem competitiva, de tal maneira que leva a unidade de produção à especialização e à profissionalização (ELLIS, 1988 *apud* SCHNEIDER, 2016).

Este contexto de inserção mercantil é justificado pelos agricultores a partir de diferentes cálculos (lógicas) de vantagens e desvantagens em relação à mobilização de recursos da produção e em relação ao valor adquirido pela produção comercializável. Diferentemente de uma exploração capitalista, todavia,, a família leva em consideração os aspectos qualitativos do trabalho.

O discurso a seguir é ilustrativo:

A gente compra muda pronta. Porque era mais um trabalho. Tipo, o pessoal que fornece mudas, era o trabalho deles, então eles nunca falharam a entrega, sempre tá ali. (...). Então eu não acho boa coisa fazer a minha muda por causa disso, eu não vou conseguir me programar, porque é pra mim que eu tô fazendo. Eles fazem, é o comércio deles, é o trabalho deles, então eu prefiro comprar deles, então não tenho o viveiro por causa disso (ENTREVISTA 5).

O dilema entre “fazer” e “comprar” tornou-se constante na vida dos agricultores familiares modernos. O balanço entre o acesso a recursos externos e a reprodução interna de recursos reclama a perspectiva central da abordagem “chayanoviana” para a exploração familiar, o objetivo da renda do trabalho (PLOEG, 2016). Neste sentido, ao levar ulteriormente elementos quantitativos e qualitativos que compõem a capacidade de trabalho da família em questão – “era mais um trabalho, é o trabalho deles” – o agricultor enxerga na especialização e na profissionalização um ambiente seguro para formação de renda – “eu não vou conseguir me programar, eles nunca falharam”.

A posição da agricultura familiar em relação aos mercados é influenciada também a partir dos fins, do destino da produção agrícola. Os processos de modernização e mercantilização da agricultura baseiam-se majoritariamente na constituição de mercados convencionais. A característica fundante dos mercados convencionais está no caráter impessoal e desterritorializado (*placeless*), quando a produção agrícola assume sua forma essencial de mercadoria, e as negociações acontecem, sobretudo, em razão da oferta e demanda, isto é, pelo preço. Suas principais formas de regulação são a formação de preços e contratos em uma natureza de trocas tipicamente concorrencial (SCHNEIDER, 2016; MALUF, 2004).

Entre os mercados convencionais acessados pelos olericultores entrevistados, a Central de Abastecimento do Paraná S.A. (Ceasa) tem forte influência. Na Ceasa os produtores possuem

dois espaços de venda: os boxes, por meio de comerciantes intermediários; e o mercado do produtor, ou a pedra, em que é possível vender de forma direta aos varejistas mediante o pagamento de uma taxa, que pode ser mensal ou diária. Na Ceasa a formação de preços é atualizada diariamente a depender da oferta e demanda local e macrorregional, colocando os atores envolvidos em um grande espaço de tensão.

(...) o que dá um dinheirinho bom mesmo é o tomate e o pepino. Quando pega um preço bom né, porque muitas vezes o preço também... *Porque a Ceasa flutua, né?* Ui, que medo. Tomate já chegou a ficar metade sem colher. Essa safra [2018/2019] ainda perdi bastante. Essa última. No fim de ano [2018] ali, começa a reuni muito produto. Daí o tomate pra cima ali [na parte de cima da planta], já não tem o bem graudão, aí já vão rejeitando o mais miúdo. Na verdade, ficou bastante sem colher (ENTREVISTA 7).

Nota-se que, ao se somar o fato da especialização produtiva, isto é, uma alta inserção mercantil a jusante da produção, a opção de venda da produção “carro-chefe” em mercados convencionais revela estratégias de ação em contextos de alta dependência mercantil, mas sobretudo, com alto risco de reprodução da família. Isto se dá muito em razão da característica sazonal das espécies olerícolas, aliado à ausência de segurança contratual e/ou de uma política de preços mínimos (SCHNEIDER, 2016). Nestes casos, quando há grande oferta de um mesmo produto, muitas vezes o preço cai a ponto de não pagar os custos da colheita e do frete, deixa-se de colher e acaba-se por perder os produtos no campo. Ainda, para estes casos, a vulnerabilidade de se acentua quanto maior for a especialização da unidade de produção.

Outras duas possibilidades importantes de mercados convencionais são as agroindústrias processadoras de hortaliças e os supermercados. Apesar destas estratégias não serem acionadas por nenhuma das famílias entrevistadas, ainda são importantes canais de comercialização na RMC. A diferença fundamental entre a Ceasa e as agroindústrias e supermercados é que a venda nestes últimos se dá mediante contratos.

Acho que é cabeçada na parede fazer contrato com mercado, né. Que tem muitos colono aí que fizeram contrato a gente sabe, né. Daí não tinha o produto tinha que compra, né. Daí eles vendiam o produto pro mercado a um valor e pagavam mais alto comprando. Se quebraram, né (ENTREVISTA 4).

Nestes casos, o que poderia parecer uma característica de segurança, o contrato, para o agricultor, na verdade se expressa como uma pressão, principalmente em razão do dinamismo da atividade agrícola. A despeito destas estratégias, podemos verificar a mobilidade da inserção mercantil dos olericultores familiares. O relato do agricultor reflete sua posição em relação ao seu repertório cultural, suas relações de sociabilidade, para se afastar da pressão que significa o contrato.

Assim como a relação com mercados, a intensificação da produção via tecnologia é um importante contexto de dependência. A intensificação da produção é fundamental para o aumento da renda familiar, especialmente quando há um bloqueio na expansão da escala produtiva. A intensificação pode ocorrer tanto por meio do trabalho familiar quanto por meio da tecnologia.

Este contexto foi empiricamente verificado ao longo das entrevistas realizadas com os olericultores familiares da RMC. A baixa concentração fundiária no universo de agricultores abordados apresenta consequências tanto socioeconômicas quanto ecológicas. Isto é, a família,

constatando sua condição restrita de acesso aos recursos naturais, se obriga a tecer estratégias de intensificação da produção que garantam as necessidades reprodutivas de seus membros e do sistema produtivo. Isso fica evidente no discurso do agricultor:

Quando vem uma inovação o que o senhor leva em consideração para aceitar ou recusar? Acho que o melhoramento da produção. Como eu tô com uma área pequena aqui então eu tenho que tentar fazer com que minha produção seja boa. Não é na quantidade que eu vô planta, mas planta pouco e colhe bastante (ENTREVISTA 1).

Então, a capacidade de produzir em pequenas áreas culturas agrícolas tendo como um atrativo preço de venda e a proximidade da metrópole consumidora, mesmo que à custa de contínuos investimentos em tecnologia, favoreceram o contexto da transição da agricultura familiar em direção à olericultura, da qual menciona Queiroga (2012). O que não exclui o papel do trabalho e da intensificação estimulada pelo trabalho. Segundo Ploeg (2009, 2016), as duas vias de intensificação, pelo trabalho e pela tecnologia, não se excluem, e é sob seu equacionamento que a família conjuga o grau tecnológico adotado pelo seu estilo de agricultura.

A gente tinha um ganho bom no verão com o chuchu, couve-flor e a abobrinha, só que ficava o inverno inteiro comendo o dinheiro que ganhou no verão, é igual urso, vivia o verão pra hiberna no inverno (...). Mas agora com estas estufas de morango aqui. Porque nestas cinco estufas de morango aqui, o quintal ali esse ano não plantemo nada de brócolis, couve-flor, nós ficuemo só aqui dentro. Então olhe, pequenininha a área pra gente ficar todo tempo aqui (...) (ENTREVISTA 2).

Então, para esta família, a intensificação estimulada pela tecnologia oportuniza também a intensificação pelo trabalho, mesmo que à custa da especialização produtiva. O que reforça a interpretação de que a intensificação estimulada pela tecnologia não exclui a intensificação estimulada pelo trabalho, sobretudo na olericultura familiar.

Neste contexto podemos afirmar, com a ajuda de Ploeg (2016, p. 133), que o objetivo central da intensificação produtiva, nestes casos, estimulada pela tecnologia, cumpre o papel central de aumentar a renda, que é, para agricultura familiar, a renda sobre o trabalho (PLOEG, 2016). Esta estratégia diverge radicalmente das aspirações de uma agricultura capitalista, em que a intensificação estimulada pela tecnologia serve para maximizar o lucro, ou seja, aumentar a diferença entre o valor bruto da produção e os custos (inclui-se aí a mão de obra) (PLOEG, 2009, 2016).

Em síntese, a dependência como perda de controle (e poder) dos agricultores familiares em relação aos atores externos à unidade de produção familiar não significa um processo unidirecional nem linear. A noção de contexto, utilizado para retratar a dependência permite, principalmente, enfatizar o caráter interpretativo da estrutura social em que os atores estão envolvidos, com dois efeitos esperados: impede-se, em primeiro lugar, uma visão voluntarista de agência do ator social em direção à dependência com outros atores; assim como, ao trazer as explicações lógicas e estratégicas para tal(tais) prática(s) de dependência, procura-se revitalizar a noção de estrutura em uma dialética com a ação social (LONG; PLOEG, 2011).

Práticas de autonomia: construção social de mercados e coprodução

O cerne do debate sobre autonomia na agricultura está intimamente conectado com a história dela, e, sobretudo, faz conexão com a resistência e persistência das formas camponesas de agricultura e os diferentes circuitos de não mercadoria realizados simultaneamente à inser-

ção mercantil das unidades de produção familiares (TOLEDO, 1993; PLOEG, 2009; ELLIS, 1998). Dessa forma, a autonomia de que trata este trabalho é uma autonomia relativa. Em um primeiro ângulo, é uma autonomia a espelho das noções de resistência, dignidade e justiça. Desta perspectiva, as práticas de autonomia estão no cerne das lutas cotidianas históricas contra a exploração do trabalho, os altos impostos, as relações de subserviência e dominação (MENEZES; MALAGODI, 2011). Por outro ângulo, a luta por autonomia está relacionada com a perpetuação e retomada de controle da base de recursos e das relações de trocas fundamentais para a reprodução da família (PLOEG, 2008, 2009).

É possível mencionar um primeiro conjunto de práticas de autonomia que estão relacionados a mercados. Parece contraditório a afirmação de que é possível a construção da autonomia via mercados, dado que nossa argumentação evidenciou que a crescente inserção mercantil da agricultura familiar se produz em contextos de dependência. Esta contradição, todavia, se resolve a partir da perspectiva que interpreta os mercados como construções sociais. Isto é afirmar que mercados, por serem resultados de relações econômicas, mas também políticas, sociais e culturais, não possuem uma só lógica de regulação e modelos de transação, mas sim distintos mercados podem ser criados ou extintos de acordo com os interesses e a capacidade de agência dos atores envolvidos – seja o Estado, cooperativas e associações, empresas privadas, grupos de consumidores, agricultores ou atravessadores – e com isto se instituirá distintas regras, normatividades e valores (ABRAMOVAY, 2004; SCHNEIDER, 2016; MALUF, 2004).

Nesse sentido, encontram-se os circuitos curtos de comercialização. Entre estes as feiras livres são mercados de grande importância para a distribuição da produção olerícola na RMC. Ainda que se tenham perdido consumidores em virtude do crescimento das redes de supermercado, algumas feiras livres, por exemplo em Curitiba, resistem há décadas nos mesmos locais de comercialização, inclusive recentemente tem aumentado o número de feiras livres destinadas especialmente à comercialização de alimentos orgânicos. Em especial, as feiras livres representam uma importante fonte de renda para as famílias agricultoras (GRIMM; SAMPAIO; PROCOPICK. 2018).

Para além de algumas características de distribuição, como a oferta semanal e, quando possível, multivariada de produtos, as feiras livres reúnem as características como as relações de interpessoalidade, solidariedade, amizade e, para além dos selos e certificações, a forma principal de regulação das trocas é a confiança (DAROLT, 2013; SCHNEIDER, 2016; GRIMM; SAMPAIO; PROCOPICK, 2018).

Nós construímos uma amizade muito grande nesses 17, 18 anos, de você ver criança nascer, você vê a barriga, depois você vê frequentando. A feira assim é uma coisa que te apaixona. Nós não gostava, mas depois que começou a lidar começou a apaixonar. (...). E se aquele cliente falta você: nossa o que aconteceu. É um elo muito legal. (...). Tem produto que a gente produz porque o cliente pede. Às vezes não queria produzir uma coisa, mas o cliente pede: Ah! Mas eu gosto daquilo. Pois a gente planta porque o cliente pede. Certos feijão que tem cliente que gosta daquele feijão, então a gente já planta estimulado por aquele cliente (...) (ENTREVISTA 5).

O relato da agricultora e feirante demonstra os laços sociais envolvidos em um canal de comercialização. O fato de ser um canal de comercialização direto ao consumidor humaniza o processo de comercialização, o que implica uma dedicação que reflete dentro da unidade de produção, “*Pois a gente planta porque o cliente pede*”. Sabourin (2009) menciona a capacidade

destes laços contidos no processo de comercialização como uma reciprocidade binária, isto é, quando os valores de sociabilidade, afetividade, éticos, são partilhados pelos dois atores polos do processo de comercialização: o produtor e o consumidor.

Neste sentido, o restabelecimento do controle das circunstâncias em que o produto chega na mão dos consumidores se constrói como uma prática de autonomia. Sobretudo, é uma iniciativa dialógica, que vem a reboque da conscientização do consumo (DAROLT, 2013; BRANDENBURG; RUCINSKI; JUNIOR, 2008).

Hoje, tudo essas venda lá do Mandala [grupo de consumidores de Curitiba], que já faz um ano e três meses que tá vendendo, duas vezes por mês. Eles vêm pega aqui. (...). E daí nós tamo com essa ideia de não vende pros atravessador, e a ideia deles também é não compra dos atravessador, é dá o lucro pro cara que tá sofrendo no trabalho. É a ideia da Mandala lá do povo de Curitiba. Nós já tamo em 60 família [consumidoras], começamos com 20, tamo com 60 (ENTREVISTA 15).

A experiência de venda direta para grupos de consumidores, como nos relata o agricultor, é conhecido na literatura como CSA (Community Supported Agriculture [Agricultura Sustentada pela Comunidade]). Experiências como esta vêm se desenvolvendo em toda a Europa, e mais recentemente também se tornou crescente, em especial no sul do Brasil (DAROLT, 2013). Aqui pode-se mencionar que a retomada do controle dos aspectos que envolvem a produção de alimentos soma agricultores e consumidores, contra os mercados convencionais e os impérios alimentares (PLOEG, 2008), fornecendo pistas para restauração da separação cidade-campo.

Para os olericultores familiares da RMC os mercados institucionais também têm um importante papel. Darolt (2013) ressalta o fator da proximidade e da compra direta uma importante característica de autonomia deste circuito curto de comercialização. Ao longo do período das entrevistas de campo, entre junho e agosto de 2019, os agricultores não estavam acessando o PAA desde o começo do ano, pois ainda não tinha saído o edital de compra. Diferentemente do Programa Nacional de Alimentação Escolar (Pnae), conhecido pelos agricultores como “merenda” ou “merenda escolar”, em que os olericultores já vinham fazendo entregas desde o começo do ano letivo escolar. Foram evidenciadas reações distintamente positivas, quando perguntado aos olericultores o que eles pensavam dos programas de compra direta:

Ah é uma ajuda boa também. Aumenta a renda né. Com esse dinheiro eu posso toca a lavoura de manjeriço. (...). Por que você sabe que vai ter o ganho (ENTREVISTA 1).

Mas é muito bom. (...). Porque nós temo nossa venda. Mas também nunca é demais né (ENTREVISTA 6).

(...) eu gosto de vender pra merenda escolar. E ainda faço questão. Inclusive prefiro. Porque sei que as crianças vão comer uma coisa garantida. Que a gente pode garantir (ENTREVISTA 9).

Em conformidade com o estudo elaborado por Thies e Conterato (2017), os mercados institucionais tornam-se uma estratégia de variação dos canais de comercialização para os olericultores familiares da RMC. O fato de os agricultores destinarem áreas específicas e espécies próprias para este canal de comercialização (por exemplo as verduras em relação ao manjeriço, exposto na Entrevista 1), o mercado institucional é importante tanto para complementação da renda quanto para a diversificação da produção, como avaliaram Schmitt e Guimarães (2008).

Coradin e Souza (2015) mencionam também a capacidade do mercado institucional fortalecer a renda total da família a partir da divisão de gênero e geracional do trabalho, isto é,

a participação de mulheres e jovens na renda agrícola por meio do plantio para os programas de compra direta, elemento também evidenciado em nosso trabalho de campo:

Tipo assim, ela [a filha] planta cinco bandejas de brócolis daí quando vende as cinco o dinheiro vai pra ela. Ele [o sobrinho] plantou almeirão, agora plantou couve-flor também, daí a gente vende pra ele na nota da mãe dele [que compõe uma das DAP que a família usa pra vender no Pnae]. (...) chegou o dinheiro já pega leva e entrega. Pronto (ENTREVISTA 9).

De outra maneira, relação agricultor-natureza emerge como um importante cenário de autonomia. A luta dos agricultores diante dos apertos (*squeeze*) da agricultura, os contextos de dependência e privação, perpassam pela retomada de controle das bases de recursos produtivos e o controle da reprodução dos processos ecológicos, sendo o conhecimento sobre o manejo dos agroecossistemas fundamentais para elaborar práticas mais autônomas. Dessa maneira, os agricultores são capazes, por meio de uma reconexão com os processos ecológicos, operar estratégias de “desmercantilização”, principalmente em direção à mobilização interna de recursos e o autoconsumo (PLOEG, 2008, 2009).

A esta reconexão entre o agricultor e a natureza Ploeg (2008, 2009, 2016) intitula de coprodução. A característica especial que distancia a coprodução do projeto da modernização é o aumento de trabalho ao longo do circuito de não mercadoria na unidade de produção (PLOEG, 2008, 2016), o que é digno de nota. Como foi referido anteriormente, a intensificação estimulada pela tecnologia permitiu aumentar a renda total do trabalho familiar aumentando a produtividade e diminuindo a dificuldade do trabalho quando estes são subjetivamente avaliados em relação às vendas da produção. Se, porém, o projeto de modernização tende a estimular o uso de tecnologias para produção de mercadorias, os agricultores familiares, como atores sociais que são, rearticulam estes usos e, contra tendências homogeneizantes, põem trabalho e tecnologia à disposição da reprodução da base de recursos e do autoconsumo, isto é, para produzir valores de uso.

Vocês têm o costume de plantar pro gasto? Milho tem, galinha, os pato (...). Mas se fosse pra nós vende, dependesse do milho assim pra ... não dá certo, né. Ou é bastante, ou é pro gasto só. Um dos dois. Porque assim, planta esse de um saco ou dois saco, não dá pra vende (ENTREVISTA 6).

O relato do olericultor familiar indica que a prática de plantar milho para alimentação dos animais se constrói fortalecendo o circuito de não mercadoria. Neste caso, o agricultor cede uma área específica, compra as sementes, adubos e agrotóxicos de forma econômica, aluga ou utiliza a própria mecanização para as operações necessárias, com o objetivo da produção e reprodução da criação animal que serve para o autoconsumo.

A coprodução refere-se à agricultura em um sentido que vai além da reprodução social da família. A coprodução diz respeito à reprodução da agricultura. E a reprodução da agricultura, assim como a própria atividade agrícola, é uma atividade tanto socioeconômica quanto ecológica (TOLEDO, 1993). Isso faz com que os conhecimentos envolvidos na reprodução da base de recursos seja uma prática de autonomia que possibilita o afastamento de mercados a jusante, por meio do ganho de poder no espaço de manobra (PLOEG, 2008, 2016). Assim explica a agricultora: “Tipo, batata eu tenho a minha muda eu não compro. O feijão também eu não compro” (ENTREVISTA 9).

A reprodução da agricultura por meio da mobilização interna de recursos também está intimamente ligada ao conhecimento e aplicação de técnicas de recuperação da fertilidade

do solo. A construção da fertilidade dos solos interna à unidade de produção foi a estratégia principal de adubação até a disseminação do projeto de modernização da agricultura. Ao se ampliar as críticas socioambientais ao modelo exógeno de desenvolvimento agrícola, tem se disseminado uma multiplicidade de técnicas, revisitando e atualizando a agricultura tradicional, favorecendo uma agricultura de *low-external inputs*, em direção a projetos mais sustentáveis (ALTIERI; TOLEDO, 2011), e ao mesmo tempo recuperando o controle da base de recursos pelos agricultores, em direção a práticas mais autônomas (PLOEG, 2008, 2016).

Nesse sentido, vem crescendo a proposta de fertilização dos solos via os adubos verdes e o plantio direto na palha, em especial o sistema de plantio direto de hortaliças (SPDH), que está sendo praticado pelo IDR por meio do projeto Olericultura. Fayad *et al* (2019) compreendem o SPDH como tema gerador capaz de conscientizar, organizar e articular a agricultura familiar e outros atores envolvidos em direção a práticas mais sustentáveis de agricultura.

E como que é o preparo da terra que vocês estão fazendo? Agora o preparo é o sistema da palhada ali, não sei se você viu. Ele [o pai] tá mudando. Mas antes a gente passava o trator com pé de pato afrouxando a terra e depois entrava com rotativa pra fazer os canteiros. Agora ele faz diferente. Faz o canteiro com a rotativa e joga a adubação [as plantas de cobertura]. A hora que ela [a planta de cobertura] tá no estágio grande, não sei se é de grão leitoso, ele passa deitando ela pra planta na palhada. E o que você acha? Cara, eu acho que é uma boa ideia, porque em termos de custos é bem menos o valor. E é bem interessante porque não agride a terra. E a capina foi menor? Não deu capina, ainda não. Mas acho que nem vai dar, porque cobre a terra, daí o mato não vem (ENTREVISTA 11).

Outra estratégia é a utilização do esterco da própria criação, uma das práticas mais antigas e comuns de adubação anteriores à modernização. Assim explica o agricultor: “(...) o esterco sai ali do barracão de monte. Já semeei tudo aqueles lote ali. E vou produzindo meu esterco mesmo aqui do galinheiro, levo pra roça, e vou fazendo minha horta” (ENTREVISTA 17).

Em síntese, pode-se afirmar que as práticas de autonomia encontradas empiricamente sugerem distintas práticas de afastamentos aos valores e normas incrustados no projeto de modernização e mercantilização da agricultura. Vale reforçar que as práticas de autonomia não implicam isolamento ou em um retorno a um modo de produção doméstico ou tribal. Pelo contrário, as práticas de autonomia aqui discutidas dão-se ao longo de redes de relações socioeconômicas e sociopolíticas (vizinhos, consumidores, IDR, gestores de políticas públicas, etc.) assim como em relação com a natureza.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A respeito do caminho percorrido, pode-se considerar que o conceito de estilos de agricultura foi adequado para captar a diversidade de práticas adotadas pelas unidades de produção familiares. Isto se dá, primeiramente, por partilharmos da crítica ao dualismo entre agronegócio e agricultura familiar em sua insuficiência analítica, assim como pelo fato de o conceito de estilos de agricultura permitir uma análise dinâmica em relação às estratégias produtivas, ao interpretar o afastamento ou aproximação dos agricultores familiares aos projetos de desenvolvimento elaborados de forma externa à unidade de produção, conjugando suas próprias maneiras de fazer agricultura. Ademais, isto implica afirmar que a família agricultora quando desenha seus projetos à luz do projeto de modernização não determina suas lógicas de acordo com a lógica capitalista de produção.

Isto ocorre, em primeiro lugar, em virtude de trabalho familiar ser um importante fator para solucionar o dilema entre “fazer ou comprar”, o qual o agricultor familiar moderno constantemente é obrigado a equacionar. Diminuir quantitativamente e qualitativamente a carga do trabalho familiar é um fator central para a mobilização externa dos recursos da produção e para a adesão de certas tecnologias. Inclusive, foi possível evidenciar que a intensificação do uso de tecnologia não substitui o trabalho familiar, mas sim, está intimamente conectado, a ponto de se tornar um complemento à intensificação estimulada pelo trabalho, e não uma contradição, como o é para agricultura capitalista.

Outro importante fator nas lógicas destes olericultores, intimamente conectado, e consequência do trabalho familiar, é a renda do trabalho familiar. Isto é, perante situações de vulnerabilidade e risco sobre a renda, os olericultores familiares que aproximam seu projeto de desenvolvimento aos projetos típicos da modernização, não obedecem às lógicas de maximização dos lucros, mas sim, operam estratégias de busca por melhores rendas do trabalho familiar, isto é, a luta social pela reprodução da família (ainda que o faça mediante a depreciação e artificialização da natureza).

Simultaneamente aos contextos de dependência, os olericultores não somente são capazes, como praticam estratégias de afastamento aos mercados convencionais, à especialização produtiva e à intensificação da produção via tecnologia. Um primeiro conjunto de práticas discutido refere-se às práticas mais autônomas de comercialização, as quais privilegiam os circuitos curtos, as relações de pessoalidade, de confiança, reputação e reciprocidade entre produtores e consumidores. Tais práticas auxiliam na retomada do controle do destino da produção, principalmente via agregação de valor ao produto. Somam-se a estes casos as estratégias de comercialização nos mercados institucionais, os quais, além de serem mercados de venda direta, fortalecem a diversificação produtiva e a ampliação da renda total da família.

Outra importante prática de autonomia dos olericultores familiares está presente nas estratégias de coprodução com a natureza, em especial nos diversos circuitos de não mercadoria. Estas estratégias privilegiam o resgate e atualização dos conhecimentos tradicionais de manejo dos agroecossistemas, tal qual a reprodução da sociabilidade e dos valores da vida rural. Entre estas práticas sobressaltam as de mobilização interna de recursos, como a reprodução da fertilidade dos solos, a reprodução e manutenção da base genética de plantas e animais, assim como a produção para autoconsumo. Nesse sentido, é digno de nota que os agricultores, por vezes, mobilizam recursos externamente com os fins da produção com valor de uso, isto é, adaptam criativamente práticas e tecnologia derivadas da modernização, com objetivos fora dos circuitos mercantis.

A fim de identificar e discutir as diferentes práticas elaboradas pelos olericultores familiares é necessário frisar que cada unidade de produção conjuga sua própria constelação, baseada em seu repertório cultural, suas experiências de vida e sua relação com a natureza. Assim, as práticas elencadas e discutidas configuram o *espaço de manobra*, o universo de possibilidades empiricamente constatado, de maneira que é possível, enfim, afirmar a existência de distintos projetos de desenvolvimento mobilizados pelos olericultores, e, portanto, a existência de distintos *estilos de olericultura*. Com isto, os olericultores familiares formulam, como atores que são, seus próprios projetos de desenvolvimento rural e assim disputam o sentido das mudanças sociotécnicas e ambientais no tempo e no espaço com os outros atores envolvidos.

Tais projetos de desenvolvimento, que na verdade são projetos de vida, colocam em xeque tanto o projeto da modernização quanto qualquer outro que seja aplicado de forma vertical e coercitiva, seja por instituições públicas, mercados ou ONGs. Ao mesmo tempo, os estilos de olercultura nos ensinam que os caminhos do desenvolvimento da olercultura na RMC perpassam pela compreensão das distintas práticas que as famílias constroem, a partir de suas lógicas familiares, das relações com mercados e outros atores e em sua relação com a natureza.

AGRADECIMENTOS

Agradecemos de maneira especial às agricultoras e agricultores interlocutores da pesquisa. Nossa gratidão também ao Instituto de Desenvolvimento Rural do Paraná (IDR) pela parceria interinstitucional. Enfim, agradecemos à Coordenação de Aperfeiçoamento Pessoal de Nível Superior (Capes) pelo apoio financeiro.

REFERÊNCIAS

- ABRAMOVAY, R. *Paradigmas do capitalismo agrário em questão*. São Paulo: Hucitec. 1992.
- ABRAMOVAY, R. Entre Deus e o diabo: mercados e interação humana nas ciências sociais. *Tempo Social – Revista de Sociologia da USP*, São Paulo, v. 16, n. 2, p. 35-64. 2004.
- ALTIERI, M.; TOLEDO, V. M. The agroecological revolution in Latin America: rescuing nature, ensuring food sovereignty and empowering peasants. *Journal of Peasant Studies*, v. 38, n. 3, p. 587-612, 2011.
- ANVISA. Agência Nacional de Vigilância Sanitária. *Programa de Análise de Resíduo de Agrotóxico em Alimentos (PARA)*. Relatório de atividades de 2011 e de 2012. Brasília: Anvisa, 2013.
- BAUER, M. W.; AARTS, B. A construção do corpus de pesquisa: um princípio para a coleta de dados qualitativos. In: BAUER, M. W.; GASKELL, G. *Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2017.
- BRANDENBURG, A.; FERREIRA, A. D. D.; SANTOS, L. J. C. Dimensões socioambientais do rural contemporâneo. *Desenvolvimento e Meio Ambiente*, v. 10, p. 119-125, 2004.
- BRANDENBURG, A.; RUCINSKI, J.; JUNIOR, P. S. Os novos atores e o consumo de alimentos ecológicos: a associação de consumidores de produtos orgânicos do Paraná–ACOPA. *Estudos Sociedade e Agricultura*, v. 16, n. 1, p. 54-82, 2008.
- BRANDENBURG, A. Do rural tradicional ao rural socioambiental. *Ambiente e Sociedade*, v. 13, p. 417-428, 2010.
- BRANDENBURG, A. Os novos atores da reconstrução do ambiente rural no Brasil: o movimento ecológico na agricultura. *Estudos Sociedade e Agricultura*, v.19, n. 1, p. 126-148, 2011.
- CAZELLA, A. A.; CAPELLESSO, A. J.; MEDEIROS, M.; TECCHIO, A.; SENCÉBÉ, Y.; BÚRIGO, F. L. Políticas públicas de desenvolvimento rural no Brasil: o dilema entre inclusão produtiva e assistência social. *Política & Sociedade*, v. 15, p. 49-79, 2016.
- CIDADE JUNIOR, H. A. *A agricultura orgânica na região metropolitana de Curitiba: fatores que afetam seu desenvolvimento*. 2008. Dissertação (Mestrado em Agronomia) – Programa de Pós-Graduação em Agronomia (Produção Vegetal), Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2008.
- CONTERATO, M. A.; NIEDERLE, P. A.; RADOMSKY, G.; SCHNEIDER, S. Mercantilização e mercados: a construção da diversidade da agricultura na ruralidade contemporânea. In: SCHNEIDER, S, GAZOLLA, M. (orgs). *Os atores do desenvolvimento rural: perspectivas teóricas e práticas sociais*. Porto Alegre: Editora da UFRGS. 2011, p. 67-90.
- CORADIN, C.; SOUZA, R. S. Os Quilombolas e o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) no Vale do Ribeira Paraná: diversidades culturais, enquadramentos burocráticos e ações dos mediadores técnicos e sociopolíticos. *Revista Nera*, a. 18, n. 26, p. 122-46, 2015.

DAROLT, M. R. Agricultura orgânica: um estudo de sustentabilidade na região metropolitana de Curitiba, Paraná. In: MENDONÇA, F. (org.). *Cidade, desenvolvimento e meio ambiente: a abordagem interdisciplinar de problemáticas socioambientais urbanas de Curitiba e região metropolitana*. Curitiba: Editora UFPR, 2004. p. 199-226.

DAROLT, M. R. Circuitos curtos de comercialização de alimentos ecológicos: reconectando produtores e consumidores. In: NIEDERLE, P.A. et al. *Agroecologia: práticas, mercados e políticas para uma nova agricultura*. Curitiba: Kairós, 2013. p. 139-170.

DIAS, J. B.; SANTOS, L. J. C. Aspectos geomorfológicos e o diagnóstico socioambiental do meio rural da região metropolitana de Curitiba. In: SIMPÓSIO BRASILEIRO DE GEOMORFOLOGIA, 5., 2004, Santa Maria. *Anais [...]*. Santa Maria, RS, 2004.

ELLIS, F. Household strategies and rural livelihood diversification. *The Journal of Development Studies*, 35, 1, p. 1-38, 1998.

FAYAD, J. A.; ARL, V.; COMIN, J. J.; MAFRA, A. L.; MARCHESI, D. R. *Sistema de plantio direto de hortaliças*. Florianópolis: Epagri, 2019.

FERREIRA, A. D. D. Reconhecendo o rural e suas novas significações socioambientais. In: FERREIRA, A. D. D.; BRANDENBURG, A.; CORONA, H. M. P. (org.). *Do rural invisível ao rural que se reconhece: dilemas socioambientais na agricultura familiar*. Curitiba: Ed. UFPR, 2012. p. 15-26.

FRIEDMANN, H. Simple commodity production and wage labour in the American plains. *The Journal of Peasant Studies*, v. 6, n. 1, p. 71-100, 1978.

GOODMAN, D. E.; SORJ, B.; WILKINSON, J. Agroindústria, políticas públicas e estruturas sociais rurais: análises recentes sobre a agricultura brasileira. *Revista de Economia Política*, v. 5, n. 4, p. 31-55, 1985.

GRAZIANO DA SILVA, J. *A modernização dolorosa: estrutura agrária, fronteira agrícola e trabalhadores rurais no Brasil*. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

GRIMM, I. J.; SAMPAIO, C. C.; PROCOPICK. Encadeamento ecossocioeconômico e gestão urbana: um estudo das feiras livres na cidade de Curitiba (PR). *Novos Cadernos Naea*, v. 21, n. 1, 2018.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Censo Agropecuário 2017: resultados preliminares*. Rio de Janeiro, 2018. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/censo-agropecuario/censo-agropecuario-2017> Acesso em: 12 fev. 2020.

LONG, N. *Development sociology: actor perspectives*. London: Routledge, 2001.

LONG, N.; PLOEG, J. D. van der. Heterogeneidade, ator e estrutura: para a reconstituição do conceito de estrutura. In: SCHNEIDER, S.; GAZOLLA, M. (org.). *Os atores do desenvolvimento rural, perspectivas teóricas e práticas sociais*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2011. p. 21-48.

MALUF, R. S. Mercados agroalimentares e a agricultura familiar no Brasil: agregação de valor, cadeias integradas e circuitos regionais. *Ensaio FEE*, v. 25, n. 1., p. 299-322, 2004.

MENEZES, M.; MALAGODI, E. Os camponeses como atores sociais: a perspectiva da autonomia e da resistência. In: SCHNEIDER, S.; GAZOLLA, M. (org.). *Os atores do desenvolvimento rural – perspectivas teóricas e práticas sociais*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2011. p. 49-66.

MINAYO, M. C. de S. *O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde*. 9. ed. São Paulo: Hucitec, 2006.

NIEDERLE, P. A. Mercantilização, diversidade e estilos de agricultura. *Revista Raízes*, 1, p. 37-47, 2006.

NIEDERLE, P. A.; ESCHER, F.; CONTERATO, M. Estilos de agricultura: capturando a diversidade do rural contemporâneo. In: CONTERATO, M.; RAMDOMSKY, G. F. W.; SCHNEIDER, S. (org.). *Pesquisa em desenvolvimento rural: aportes teóricos e proposições metodológicas*. Porto Alegre: Editora UFRGS, 2014. p. 205-225. V. 1.

PETERSEN, P. Agroecologia e a superação do paradigma da modernização. In: NIEDERLE, P. A. et al. (org.). *Agroecologia: práticas, mercados e políticas para uma nova agricultura*. Curitiba: Kairós, 2013. p. 69-104.

PLOEG, J. D. Van Der. El proceso de trabajo agrícola y la mercantilización. In: GUZMÁN, E. S.; MOLINA, M. G. (ed.). *Ecología, campesinado e historia*. Madrid: Las Ediciones de la Piqueta, 1993. p. 153-195.

PLOEG, J. D. Van Der. Styles of farming: an introductory note on concepts and methodology. In: PLOEG, J. D. Van Der; LONG, A. (ed.). *Born from within: Practice and perspectives of endogenous rural development*. Assen: Van Gorcum, 1994. p. 7-30.

PLOEG, J. D. Van Der. *Camponeses e impérios alimentares*. Lutas por autonomia e sustentabilidade na era da globalização. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2008.

PLOEG, J. D. Van Der. O modo de produção camponês revisitado. In: SCHNEIDER, S. (org.). *A diversidade da agricultura familiar*. 2. ed. Porto Alegre: UFRGS, 2009. p. 13-54.

- PLOEG, J. D. Van Der. *Camponeses e a arte da agricultura: um manifesto Chayanoviano*. São Paulo; Porto Alegre: Editora Unesp; Editora da UFRGS, 2016.
- PICOLOTTO, E. L. Os atores da construção da categoria agricultura familiar no Brasil. *Revista de Economia e Sociologia Rural*, v. 52, p. 63-84, 2014.
- QUEIROGA, J. L. Sistemas agrários: expressão das estratégias de reprodução da agricultura familiar na diversidade da Região Metropolitana de Curitiba. In: FERREIRA, A. D. D.; BRANDENBURG, A.; CORONA, H. M. P. (org.). *Do rural invisível ao rural que se reconhece: dilemas socioambientais na agricultura familiar*. Curitiba: Ed. UFPR, 2012. p. 53-107.
- ROZENDO, C. Meio ambiente no espaço rural e os desafios para a agricultura familiar. In: FERREIRA, A. D. D.; BRANDENBURG, A.; CORONA, H. M. P. (org.). *Do rural invisível ao rural que se reconhece: dilemas socioambientais na agricultura familiar*. Curitiba: Ed. UFPR, 2012. p. 315-364.
- SABOURIN, E. *Camponeses do Brasil: entre a troca mercantil e a reciprocidade*. Rio de Janeiro: Garamond, 2009.
- SCHMITT, C.; GUIMARÃES, L. A. O mercado institucional como instrumento para o fortalecimento da agricultura familiar de base ecológica. *Agriculturas*, v. 5, n. 2, p. 7-13, 2008.
- SCHNEIDER, S. Mercados e agricultura familiar. In: MARQUES, F. C.; CONTERATO, M. A.; SCHNEIDER, S. (org.). *Construção de mercados e agricultura familiar: desafios para o desenvolvimento rural*. Porto Alegre: UFRGS, 2016. p. 93-140.
- SCHNEIDER, S.; NIEDERLE, P. A. Resistance strategies and diversification of rural livelihoods: the construction of autonomy among Brazilian family farmers. *The Journal of Peasant Studies*, v. 37, n. 2, p. 379-405, 2010.
- SEAB; DERAL. Secretaria do Estado da Agricultura e do Abastecimento; Departamento de Economia Rural. *Olericultura – análise da conjuntura agropecuária safra 2017/2018*. Curitiba: Governo do Estado do Paraná, 2018.
- SILVA, J. C. B. V.; SANDRI, D. M.; REIS JÚNIOR, J. D. R.; LIZARELLI, P. H.; PASSOS, M. A parceria entre a AOPA/Rede Ecovida e o Instituto Emater no fortalecimento de uma ATER Agroecológica: a experiência da Região de Curitiba-PR. *Cadernos de Agroecologia*, n. 13, v. 1, 2018.
- SOUZA, O. T.; BRANDENBURG, A. A quem pertence o espaço rural? As mudanças na relação sociedade/natureza e o surgimento da dimensão pública do espaço rural. *Ambiente & Sociedade*, v. 13, n. 1, p. 51-64, 2010.
- SOUZA, O. T. Políticas públicas, trajetórias de desenvolvimento rural e reprodução social da agricultura familiar. In: FERREIRA, A. D. D.; BRANDENBURG, A.; CORONA, H. M. P. (org.). *Do rural invisível ao rural que se reconhece: dilemas socioambientais na agricultura familiar*. Curitiba: Ed. UFPR, 2012. p. 255-313.
- THIES, V. F.; CONTERATO, M. A. Agricultura familiar e autonomia: a construção social e política de mercados no noroeste gaúcho. *Desenvolvimento Regional em debate: DRd*, v. 7, n. 1, p. 51-74, 2017.
- TOLEDO, V. M. La racionalidad ecológica de la producción campesina. In: SEVILLA GUZMAN, E.; GONZALEZ DE MOLINA, M. *Ecología, campesinado e historia*. Madrid: Las Ediciones de la Piqueta, 1993. p. 197-218.
- WANDERLEY, M. N. B. Em busca da modernidade social: uma homenagem a Alexander V. Chayanov. In: FERREIRA, A. D. D.; BRANDENBURG, A. *Para pensar: outra agricultura*. Curitiba: Editora da UFPR, 1998. p. 29-49.